

1976-1996

VINTE ANOS DE UMA HISTÓRIA SEM FIM

Igor Fuser

Mil e novecentos e setenta e seis, marco da fundação da Adusp, está longe de ser aquilo que se costuma chamar “um ano inesquecível” – exceto, espera-se, para os professores da USP. O ano não assinala o princípio nem o fim de alguma era. Começa com a cassação de três deputados: os paulistas Marcelo Gatto e Nelson Fabiano, acusados de comunistas, e o carioca Lysâneas Maciel, que denunciou esse ato como uma confissão, pelo regime militar, de que “a força é a única maneira de se manter no poder”. E termina com a “chacina da Lapa”, em que três dirigentes do PCdoB – Pedro Pomar, Ângelo Arroyo e João Batista Drummond – são mortos ao final de uma reunião do partido. É o ano em que o presidente Ernesto Geisel é chamado de “fasciste” por estudantes durante visita a Paris. São proibidos no Brasil o Balé Bolshoi, por ser russo, os desenhos eróticos de Picasso, por serem eró-

ticos, e a palavra dos candidatos a prefeitos e vereadores, obrigados pela Lei Falcão (esta, sim, inesquecível) a mostrar apenas seus retratos 3x4.

O país dá marcha-à-ré por um lado, mas avança por outro. Em janeiro, a morte do operário Manuel Fiel Filho, em circunstâncias semelhantes às do jornalista Vladimir Herzog três meses antes no mesmo DOI-Codi de São Paulo, muda o panorama político, com a demissão do comandante do II Exército, general Ednardo d'Ávilla Mello, de linha-duríssima. Para o seu lugar é nomeado Dilermando Monteiro, um general que dizia ler o *Tio Patinhas* antes de dormir. Em junho é criado o DCE-Livre da USP. A repressão amolece em relação à imprensa das grandes empresas (fim da censura prévia para *Veja*) e endurece com os jornais alternativos. O semanário *Movimento* é impedido de publicar a Declaração de Independência dos Estados Unidos, de 1776, porque nela se diz que o povo tem o direito e o dever de se rebelar contra os governos despóticos.

O ano de 1976 exhibe as contradições da mais longa transição política na história das ditaduras latino-americanas. Nas pontas dessa caminhada existem duas datas. A primeira é a de 15 de novembro de 1974, quando uma avalanche de votos oposicionistas atropela o ritual das eleições (Geisel achava o evento tão desimportante que sequer acompanhou as apurações pela televisão: preferiu ficar em casa estudando relatórios). Na outra ponta está a posse de José Sarney como presidente, no dia 15 de março de

Luis Humberto/Abril Imagens



Em 76, Geisel é vaiado em Paris...

1985, depois da eleição de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral e do dramático episódio, na véspera, da hospitalização de Tancredo, que viria a morrer em 38 dias.

Um olhar retrospectivo pode trazer lições valiosas num momento em que o presidente Fernando Henrique Cardoso, um dos gurus da luta democrática de outrora, justifica sua adesão ao conservadorismo com a “paixão pelo possível”, inspirada em Hirshman. No senso-comum de 1976, o “possível” estava contido nos limites estreitos da abertura que Geisel oferecia às oposições: “lenta, gradual e segura”. O fim da ditadura era um sonho distante. Coisa para românticos, utópicos, radicais. O general Golbery do Couto e Silva, o estrategista-mor da distensão, deixa claro que a meta é a “liberalização” do regime. “Democratização”, jamais. Na prática, isso significa que as greves de trabalhadores continuavam a ser reprimidas e seus sindicatos, mantidos sob intervenção. Mas as informações sobre a greve passam a ser registradas, como um

Leonid Streliaev/Abril Imagens



... e vê manifestante ser preso.



Sommer Andrey/Abril Imagens

Assembléia dos metalúrgicos, liderada por Lula, desafia o poder militar.

termômetro da febre social. Depois, algumas reivindicações podem ser atendidas, desde que não contrariem a política econômica. O Congresso pode espernear, até certo ponto, mas os militares controlam as rédeas do poder.

Até hoje os estudiosos se perguntam por que cargas-d'água o regime permitiu que as eleições se tornassem um conduto para a mudança. A maioria das análises mencionam a busca de uma legitimidade para o regime de 1964, na ausência de uma ideologia consistente, como o fascismo, e depois que os inimigos da nova ordem já estavam neutralizados, com a prisão, o exílio, a morte. “A ditadura se valia do seu momento de maior força para tentar construir uma institucionalidade que congelasse o máximo possível aquele momento”, escreveu o sociólogo Emir Sader, da USP, em *O Anjo Torto*. Além das eleições de 1974, que canalizaram a insatisfação popular para o MDB, a crise econômica

contribuiu para acentuar as debilidades do regime.

Pela lógica, o momento mais apropriado para a abertura seria o final da década de 60, o auge do “milagre”. Aquele é, ao contrário, o período de maior “fechadura”. As circunstâncias fazem com que a abertura coincida com o fim do período de vacas gordas do capitalismo internacional, o que obriga o Brasil a baixar o ritmo de crescimento econômico e a depender, cada vez mais, de empréstimos externos. Resultado: a transição política se dá sobre um pano de fundo em que a vida dos brasileiros piora em vez de melhorar. As chances de ascensão social minguam e os assalariados começam a sentir na pele os efeitos da inflação. Não é de estranhar, portanto, o impacto das primeiras denúncias de privilégios dos donos do poder, como a reportagem que revela as despesas da residência oficial do ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, servida por 28 empregados. Embora ma-

gro, Prieto consumia mensalmente 600 quilos de arroz, 300 de açúcar, 432 de manteiga, 36 de camarão e 954 de carne.

Intrusos no baile

Sem dar ouvido aos “pragmáticos”, que aconselham cautela, o povo arrebenta, aos poucos, a camisa-de-força da distensão. 1977 é o ano dos estudantes, que com grandes passeatas popularizam as palavras de ordem das liberdades democráticas, da anistia e da Assembleia Constituinte. Uma sigla pouco conhecida, a SBPC, de Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, torna-se um símbolo da resistência dos intelectuais. Griffes mais famosas, como a OAB, revigoram-se nas trincheiras da oposição. O regime contra-ataca com o Pacote de Abril, que fecha o Congresso por duas semanas. O vocabulário político se enriquece dia a dia com novos termos: casuísmo, senadores biônicos, retrocesso. Geisel debela uma tentativa golpista do general Sílvio Frota, um partidário da volta à repressão pura e dura. Em 1978, é a vez dos trabalhadores, que irrompem co-

mo intrusos no baile da transição, na histórica greve dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo. O Movimento contra a Carestia reúne mais de 1 milhão de assinaturas pelo congelamento dos preços.

Bancários, médicos, professores, motoristas de ônibus, trabalhadores rurais – não há, praticamente, grupo profissional que tenha deixado de provar o gostinho da greve. A maré grevista projeta a figura de Luís Inácio Lula da Silva, o líder dos metalúrgicos, como contraponto aos timoneiros da oposição liberal, Ulysses Guimarães e Franco Montoro. O despertar da sociedade civil é o assunto da moda. Em 1979 renasce a União Nacional dos Estudantes, num congresso em Salvador, enquanto os professores intensificam o processo que culmina, em 1981, com a criação da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, a Andes. O regime reage. Intervém nos sindicatos mais combativos e chega a prender os dirigentes dos metalúrgicos, por alguns dias. Mas a abertura já havia atingido o ponto de não-retorno. Pressionado pela mobilização popular, o novo presidente, João Figueiredo, primeiro general a assumir o poder

sem o AI-5, inclui a anistia no pacote que dá continuidade à distensão iniciada por Geisel. A anistia é ampla, geral e irrestrita, como exigia a oposição, apesar da garantia de impunidade aos torturadores do regime. Os presos políticos deixam o cárcere e milhares de exilados voltam ao país. Entre eles, Leonel Brizola, Miguel Arraes e Luís Carlos Prestes. As manobras do governo para represar a democratização dão errado, invariavelmente. “Estou fazendo uma força desgraçada para ser político, mas não sei se vou me sair bem”, confessou Figueiredo, num de seus arroubos de sinceridade. “No fundo, o que eu gosto mesmo é de clarim e de quartel.”

É sempre mais fácil dissecar o passado (no nosso caso, a uma confortável distância de mais de quinze anos) do que decidir no calor dos fatos. Mesmo assim, é importante registrar, para a reflexão atual, o contraste entre a posição recuada dos moderados da época, sempre prontos para recomendar prudência, e a efetiva marcha dos acontecimentos. Tancredo Neves, por exemplo, aproveita a intervenção nos sindicatos do ABC para jogar água fria no movimento, que

Pedro Martinelli/Abril Imagens



1978, FHC fala sobre democracia na SBPC.

Pedro Martinelli/Abril Imagens



Brizola retorna, anistiado, em setembro 1979.



Fundação da CUT, em

claramente o assusta. “Eles foram com muita sede ao pote: quebraram o pote e ficaram com sede”, afirma, num comentário tido como prova de “sabedoria mineira”. Hércules Corrêa, membro da direção do PCB, publica um livro com as “lições” da greve do ABC em 1980. “Derrota é derrota”, escreve Corrêa. “Não se pode transformar derrota em vitória, e os grevistas sabem disso.” Em vez de “potes quebrados”, a ofensiva grevista traz conquistas econômicas reais e um poder de fogo que favorece os sindicatos por mais de uma década de quedas-de-braços com os patrões. A “derrota” aparente da greve de 1980 abre o caminho para a fundação, no mesmo ano, de uma força inteiramente nova na esquerda brasileira, o Partido dos Trabalhadores, fruto da união de sindicalistas combativos, intelectuais de oposição, ativistas de base da Igreja e militantes egressos da luta revolucionária. No ano seguinte, o movimento sindical dá um salto de qualidade: a formação da Central Única dos Trabalhadores, a CUT. É também nessa época que o empresário Eugênio Staub, dono da Gradiente, fornece registro em

carteira para Luís Antônio de Medeiros, que com uma brevíssima experiência como operário se tornaria presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e, mais tarde, líder da Força Sindical, a central trabalhista moderada, articulada para se contrapor à CUT.

Pacto das elites

“A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido”, escreveu o historiador Sérgio Buarque de Hollanda. “Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos e privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas.” Estas palavras parecem ter sido redigidas sob medida para o desenlace da luta contra o regime de 1964. Depois do atentado do Riocentro, em 1981, que assinala a existência de uma extrema-direita terrorista dentro das Forças Armadas, a transição escapa ao controle de Figueiredo, num contexto de agravamento da crise financeira. O panorama internacional, com as pressões dos EUA

pela “redemocratização” na América Latina, deixa pouco espaço para um retrocesso. Os credores externos, com o FMI à frente, mantêm o governo acuado, sem fôlego para concessões econômicas, enquanto os empresários começam a abandonar o barco, somando-se ao coro dos descontentes. Henry Kissinger é recebido com ovos e vaias na Universidade de Brasília. As eleições estaduais de 1982 dão oposição na cabeça, num quadro partidário renovado. O PMDB se consagra como o grande partido da transição democrática. Brizola é eleito governador do Rio, pelo PDT, mas fica como coadjuvante na cena política, junto com o PT.

Os dias do regime estão contados. Os militares fazem de tudo para esticar os prazos da transição, mas já não conseguem conter a indisciplina no próprio partido governista, o PDS, herdeiro da antiga Arena, onde proliferam as dissidências. O ambiente no país se deteriora com a escalada do desemprego. Ocorrem saques e quebra-quebras. Em São Paulo, desempregados chegam a derrubar a cerca do Palácio dos Bandeirantes, numa manifestação. Fala-se em “ruptura

Elena Assumpção/Abril Imagens



agosto de 83.

Rogério Reis/Abril Imagens



Figueiredo tira a farda e mantém a transição.

Carlos Namba/Abril Imagens



Conservadores se unem no Colégio Eleitoral.

do tecido social”. A inflação aumenta – já não pode ser atribuída ao chuchu, como fez o ministro Mário Henrique Simonsen, em 1977 – e os credores apertam. “Se o Brasil não o efetivar, o acordo com o FMI vai sair pelo ralo”, adverte Jacques de Larosière, o presidente do Fundo, em 1983. “O Brasil está sambando sobre um vulcão”, registra a revista francesa *Le Point*, de direita. Figueiredo ameaça “recrudescer”, mas já ninguém o leva a sério.

É nesse cenário que irrompe, no início de 1984, a campanha pelas eleições diretas para presidente da República, lançada pelo PT em novembro do ano anterior. A bandeira empolga a opinião pública. Ulysses e Lula, as figuras máximas da oposição, cruzam o país animando grandes comícios pelas diretas-já. José Sarney, presidente do PDS, comanda a reação às diretas, sob o argumento de que aceitá-las seria um “suicídio” ao estilo de Jim Jones. A Emenda Dante de Oliveira, que restabelece o voto direto para presidente, é derrotada no Congresso, com 22 votos a menos do que os dois terços necessários. A oposição popular, que em nome da aliança com os liberais tinha deixado de vincular a causa das diretas com as demandas de mudança econômica e social, mergulha no desânimo. Os liberais, mais do que depressa, decidem participar do Colégio Eleitoral criado pela ditadura, com senadores biônicos e outros mecanismos antidemocráticos. Ulysses capitula, depois de ter chamado o Colégio de “Bastilha noventa e repugnante”.

O pêndulo se inclina, então, para a direita. No PMDB, Ulysses é ultrapassado por Tancredo Neves, líder da ala “moderada”, que já vinha costurando na surdina sua candidatura pelo voto indireto, em parceria com dissidentes do regime. A aliança se concretiza a partir do desenlace da luta no PDS pela sucessão de Figueiredo. Paulo Maluf, correndo por fora, ganha a convenção, empurrando um nutrido lote de insatisfeitos para os braços da oposição. Nasce a chapa Tancredo-Sarney, vitoriosa no Colégio Eleitoral com os votos

de todos os oposicionistas, com exceção da bancada do PT, que decide abster-se por julgar que um regime nascido de um instrumento espúrio traria sempre essa marca. A luta pela democracia, movida desde o início por um forte componente popular, deságua, assim, num pacto entre as elites. Consagra-se a “transição por cima”, lastreada na dobradinha entre os moderados do PMDB e o PFL, que agrupa os trânsfugas de última hora do regime militar, como Antônio Carlos Magalhães, o czar das comunicações, e Marco Maciel, o fatallidade, ao substituir Tancredo por Sarney, só acentua a hegemonia conservadora na “Nova República”, como se intitula o governo



Em todo o país, milhões de pessoas exigem eleições

que emerge do Colégio. Mais uma vez na história do Brasil, os conflitos políticos se resolvem pela conciliação entre os grupos dominantes, como na Independência, na Abolição da Escravatura, na República e na Revolução de 1930. A democracia permanece um tremendo mal-entendido.

O voto inútil

Os guardiães do pragmatismo, como de costume, recriminam o PT por ter ficado à margem do Colégio Eleitoral (ainda que sua ausência em nada tenha alterado a votação). É o mesmo argumento já usado para tentar dissuadir o partido de disputar as eleições de governador, em 1982 – a lógica do “voto

Sérgio Berezovsky/Abril Imagens



va.” Na visão de boa parte do antigo MDB (já excluídos os oportunistas de ocasião), a luta antiditatorial era exatamente isso, uma cruzada pela volta ao “estado de direito”, com as reivindicações sociais mantidas em segundo plano, no melhor dos casos. Não por acaso, a turma do “voto útil” veio mais tarde constituir o núcleo do PSDB e, mais tarde ainda, dar suporte político à guinada de FHC da social-democracia ao neoliberalismo.

A dinâmica da Nova República mostra que o isolamento do PT no episódio do Co-

proporcional às enormes ilusões depositadas numa panacéia que prometia “inflação suíça e crescimento japonês”. Em 1987, com sua popularidade em queda livre, Sarney chega a ser apedrejado dentro de um ônibus no Rio de Janeiro.

As turbulências do Cruzado – e dos planos meia-sola adotados diante da volta da inflação – roubam as atenções à Constituinte. A nova Carta, aprovada em 1988, mantém os privilégios das elites, mas faz concessões em temas como os direitos trabalhistas e as liberdades individuais. No capítulo essencial da propriedade fundiária os conservadores vencem de cabo a rabo, tornando a reforma agrária mais difícil do que no Estatuto da Terra, de 1967. O Movimento dos Sem-Terra, criado em 1985, ainda é uma força embrionária. O que polariza os debates, à falta de uma esquerda numerosa e de um movimento social capaz de influir a partir de fora, é a luta desesperada de Sarney para espichar em um ano seu mandato de quatro. Ele acaba conseguindo, à custa de transformar a Constituinte num mercado persa. Antônio Carlos Magalhães, o ministro das Comunicações, distribui 1.203 concessões de rádio e TV, um recorde nacional, em troca de votos para o quinto ano de mandato. É a era do “é dando que se recebe”, na cínica interpretação da máxima franciscana na boca do líder governista Roberto Cardoso Alves. Uma fatia do PMDB, sob a liderança de FHC, Mário Covas e Tasso Jereissati, aproveita a indignação nacional para formar um novo partido, o PSDB, com um perfil de “centro-esquerda”. Outro pee-

para presidente. O Congresso frustra a Nação.

útil”, repetida nas campanhas para prefeituras em 1985, segundo a qual se deve evitar, a qualquer preço, a “divisão no campo democrático”. Por trás dessa retórica se esconde a concepção, apontada pelo sociólogo argentino Atilio Borón, de que a democracia é um projeto que se esgota na “normalização” das instituições políticas. “Para os que são tributários dessa perspectiva”, afirma Borón, “a gigantesca empresa de instaurar a democracia se reduz à criação e institucionalização de uma simples ordem política – isto é, um sistema de regras do jogo que faz abstração de seus conteúdos éticos e da natureza profunda dos antagonismos sociais – e que só coloca problemas de governabilidade e eficácia administrati-

légio Eleitoral é apenas aparente. Depois de um início titubeante, Sarney lança o Plano Cruzado, um audacioso projeto antiinflacionário engendrado por economistas oriundos da oposição à ditadura. Um sucesso no início, em fevereiro de 1986, o Cruzado dá a Sarney mais de 90% de aprovação popular. A festa do preço congelado e do consumo desenfreado dura até 21 de novembro – o tempo suficiente para o PMDB eleger 22 dos 23 governadores e a maioria absoluta no Congresso Constituinte. A partir daí, o plano naufraga estrepitosamente, vítima dos tubarões empresariais que já vinham burlando o congelamento através do ágio generalizado e do desabastecimento intencional. O desencanto é

medebista desgarrado, o governador alagoano Fernando Collor, lança uma campanha demagógica contra os “marajás” do funcionalismo público.

A crise social explode em uma onda de greves sem precedentes. O PT e a CUT, que durante o Cruzado pareciam condenados à irrelevância, ressurgem com força redobrada. Abre-se um período de intenso conflito distributivo, no qual os avanços salariais são imediatamente corroídos pela espiral inflacionária, em meio à crise fiscal e financeira do Estado. O outono de Sarney é marcado pela mediocridade, com a política econômica do “arroz com feijão” (leia-se, passividade) do ministro Mailson da Nóbrega, inflação vertiginosa e um vendaval de denúncias de corrupção. A alternativa neoliberal, “gestada nos países centrais e de lá exportada no ombro de anões com PhD” (como aponta César Benjamin), amadurece entre as elites. O fracasso do Cruzado marca a última vez que o país apostou num caminho autônomo em relação ao centro do sistema capitalista mundial. Até mesmo entre os setores “progressistas” das classes dominantes, representados pelo PSDB e fatias do PMDB, nota-se a renúncia a buscar um novo projeto de desenvolvimento, o abandono da idéia de uma versão tupiniquim do “Estado do bem-estar social”. Ganha terreno o discurso da “modernidade”, senha para a desestruturação do Estado, a privatização selvagem, a capitulação perante os interesses externos. Ainda não existia a palavra “globalização”.

A “pizza” e o príncipe

O dilema dos poderosos é encontrar um candidato capaz de ganhar as eleições e aplicar o *thatcherismo* à brasileira. Os nomes mais óbvios, Ulysses Guimarães e Aureliano Chaves, estão “contaminados” pelo longo conluio com Sarney. Paulo Maluf é arrogante demais, com fama de corrupto. Guilherme Afif Domingos é um almofadinha. A essa altura, as elites já não estão sozinhas no palco. Em contraposição à retórica da “modernidade”, fortalece-se um discurso alternativo, carregado de rebeldia. É a denúncia do “apartheid social”, das injustiças, da exclusão que mantém a maioria dos brasileiros à margem dos benefícios da vida civilizada. A “década perdida”, como os anos 80 entram para a história da América Latina, cobra sua fatura, que se expressa em estatísticas brutais. O salário mínimo urbano no Brasil, medido em termos reais, desceu de 100 para 70 entre 1980 e 1989. No mesmo período a concentração de renda se tornou a mais elevada do planeta. Os 10% mais ricos da população brasileira, que em 1980 já detinham 51% para riqueza nacional, dez anos depois tinham ampliado sua fatia no bolo para 54%. Cifras como estas se traduzem num poderoso combustível eleitoral na voz de dois políticos de grande credibilidade e carisma junto às massas pobres: Brizola e, principalmente, Lula.

É nessa época que Roberto Marinho, o patriarca das Organizações Globo, manifesta sua preocupação com as eleições presidenciais de 1989: “Sem um nome que

reúna o centro, poderemos acabar propiciando a vitória de um candidato que não seja do nosso meio”, afirma. A saída é Collor, que a imprensa se encarrega de vender à opinião pública com o rótulo de “caçador de marajás”. A aposta no governador de Alagoas tem lá seus riscos, pois se trata claramente de um aventureiro, alguém que não é exatamente “do nosso meio”. Mas não há opções. Com a promessa de levar o Brasil “ao Primeiro Mundo” e o apoio relutante das elites que dizia desprezar, Collor derrota Lula, por uma diferença apertada no segundo turno, depois de uma campanha movida a dinheiro farto, golpes baixos e manipulação descarada da mídia em favor do candidato conservador.

Seguem-se três anos de sobresaltos, exibicionismo, escândalos e fortes emoções, do confisco da poupança no primeiro dia do governo à renúncia do presidente, em dezembro de 1992, já na iminência do *impeachment*, após a humilhação de ser afastado pelo Congresso. A derrubada de Collor não é uma tarefa simples. No início das investigações as classes dominantes se apresentam divididas, com uma tendência predominante a encerrar o assunto “em *pizza*”. Surge então o imponderável – o acúmulo das evidências de corrupção além do ponto em que seria possível encobrir, ou tolerar. Soma-se a gradual mobilização da sociedade em favor do *impeachment*. À frente desse movimento de retomada da luta política de massas estão, mais uma vez, o PT e a CUT. O setor mais combativo da esquer-

Antônio Milena/Abril Imagens



MST reacende o debate fundiário.

Orlando Brito/Abril Imagens



Ato pelo impeachment de Collor.

João Bittar/Abril Imagens



Greve dos professores em SP.

da brasileira empreendeu a travessia do deserto, depois da derrota de 1989, da desorientação inicial perante as mandrakarias da ministra Zélia Cardoso de Mello e do inevitável isolamento na fase em que a opinião pública se deixou seduzir pelo *marketing* do “Indiana Jones brasileiro”, como o presidente americano George Bush se referiu a Collor. Não faltam, nos primeiros tempos, os apelos para que Lula deixe de lado o “ressentimento” e venha apertar a mão do vencedor. O líder petista resiste aos cantos de sereia. Como prêmio por sua coerência, emerge da campanha pelo *impeachment* como o nome mais cotado nas pesquisas sobre a sucessão.

Ao contrário das diretas-já, a luta contra Collor é vitoriosa. Mas o desfecho, outra vez, decepciona quem esperava criar um ambiente favorável a mudanças na distribuição da riqueza e do poder. Como na campanha das diretas, a esquerda se curvou à agenda dos liberais, em nome da unidade contra o inimigo comum. A mobilização pelo impeachment, impulsionada em grande medida pelo PT, limitou-se ao discurso da “ética na política”, sem questionar a linha econômica antipopular e antinacional do go-

verno Collor – ponto que a imprensa sempre fez questão de preservar, mesmo nos momentos de ataque mais duro à delinquência presidencial. Pior, a esquerda aceita a passagem do bastão para o vice Itamar Franco como “natural”. Endossa, assim, o continuísmo neoliberal e se recusa a propor a convocação imediata de eleições gerais. Resultado: um “day after” apagado e melancólico como o próprio Itamar. A oposição popular ingressa no período seguinte de luta política numa situação de defensiva, vulnerável às pressões para se deixar cooptar pelo novo governo e em meio a uma grande confusão interna, apesar da posição privilegiada de Lula nas prévias eleitorais. Um caso em que a vitória escapa por entre os dedos do vencedor, até se dissipar completamente.

O que veio depois está fresco na memória de todos. As elites aproveitam o *intermezzo* itamariano para se reaglutinarem em torno da plataforma econômica que se tornou o Plano Real. O “príncipe” tão esperado surge na pessoa de FHC, sob as bênçãos dos “mercados” – um eufemismo que encobre os interesses dos centros financeiros globalizados, os donos do mundo. O PT vacila. Aposto até o fim nu-

ma aliança impossível com o PSDB e, quando se torna explícita a opção dos tucanos pela direita tradicional, centra fogo no ataque ao PFL, como se o problema de Fernando Henrique residisse em seus acompanhantes. As elites, com uma arma poderosíssima nas mãos – um plano antiinflacionário que, num primeiro momento, dá alívio material às massas pobres e tranquilidade às classes médias –, invertem o jogo eleitoral e elegem seu candidato logo no primeiro turno. O país mergulha de cabeça na aventura neoliberal, com a devastação econômica e social que a cada dia se torna mais visível. A esquerda paga um preço caro por suas ilusões. O aprendizado é doloroso. As organizações sociais enfrentam, como podem, o ataque de uma política que, para ter êxito, pressupõe a completa desarticulação da sociedade. Há derrotas, mas também sinais alentadores de resistência, como a luta dos sem-terra e a expressiva votação do PT nas últimas eleições. O futuro é uma página em branco. A História não acabou.

Igor Fuser é jornalista, editor de *Assuntos Nacionais* da revista *Veja*. Publicou em 1995 o livro *México em Transe* e organizou, em 1996, a coletânea *A Arte da Reportagem*.